

Eleições e Segurança Pública

Nos anos 80 e 90, havia rigorosas prontidões no dia das eleições em função dos temores de atentados, bombas, ações subversivas e fraudes. Se eleições são o ápice da democracia, por que todo esse aparato de segurança pública e medo?



Glauco Silva de Carvalho
10 de novembro de 2020

Como já disse outras vezes, a idade tem seus aspectos positivos também. Traz uma série de dores na coluna, nas juntas, diminui nossa capacidade física, mas tem também enormes vantagens. E uma delas é assistir de camarote, na janelinha, o transcurso da história.

Formei-me na Academia do Barro Branco em dezembro de 1985. Em plena transição democrática. Naquela época, éramos — ou pelo menos eu era — extremamente alienados. Entrávamos na Academia para o pernoite de domingo e saíamos na sexta-feira à tarde. Era uma longa jornada semanal. Havia apenas uma pequena sala de tv para aproximadamente 500 alunos. Só os veteranos do último ano, normalmente, iam assistir televisão. Além disto, dada a quantidade de matérias e disciplinas, normalmente ficávamos a estudar. Quando tinha notas abaixo de 5,0 o cadete era compelido a, segundo às regras regulamentares, frequentar o estudo noturno obrigatório, das 19:00hs as 21:00hs.

Por esses idos, lá pelo mês de abril, lembro-me apenas que havia escalas extras para ficar em um hospital de nome Incor, a fim de fazer a segurança externa do local, pois estava internado um tal de Tancredo Neves, que era para ser o presidente da República. Vi a transição democrática como cadete da Academia do Barro Branco, mas não tinha maturidade para entender o que se passava no Brasil. Ingressei com 14 anos no antigo Curso Preparatório, hoje inexistente.

Quando Tancredo faleceu, foram os integrantes da minha turma, apenas os mais altos, com estatura acima de 1.90m, os escalados para carregar o caixão do “home”. Eu tinha 18 anos, prestes a completar, ainda em abril, 19 anos. Ficávamos de prontidão, como dizia minha avó, “a torto e a direito”.

E é exatamente sobre esse aspecto que eu queria abordar. As prontidões.

Nos anos 80 e 90, havia rigorosas prontidões no dia das eleições. Havia temores de atentados, bombas, ações “subversivas”, fraudes etc. Era uma loucura. Nós, de início, íamos para nossas unidades e revezávamos para irmos votar, a fim de sempre haver um contingente razoável. Depois, já nos anos 90, o efetivo era dividido: metade vinha de manhã e votava à tarde e a outra metade vinha no período vespertino e votava no matutino. Havia planos de chamada, para acionamento de todo o efetivo, se necessário; preparativos para emprego de tropa emassada com técnicas de choque; policiamento reforçado; distribuição de policiais militares em todas as escolas.

Quando entrei na Faculdade de Direito da USP, em 1987, e fui transferido para o Estado Maior, começa, então, o período em que a política passa a ser motivo de desejo acadêmico. E eu, então, me questionava: se eleições são o ápice da democracia — ao menos em países como o Brasil — por que então todo esse aparato de segurança pública e por que todo esse medo.

Para os anos 80, havia uma resposta. A esquerda da época, ou pelo menos parte dela, que viria a fazer profundo revisionismo nos anos 90, ainda era adepta de modelos revolucionários para a tomada do poder. (Bolsonaro e um séquito de seguidores ainda permanecem nessa época.) O assalto ao Banco do Brasil, se não me engano em 1987, em Salvador, efetuado pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o sequestro do Abílio Diniz, em fins de 1989 e início de 1990, por organizações de esquerda do Brasil e da América Latina, evidenciam bem o quadro que havia naquele período. Trabalhei nos levantamentos e apurações acerca desse sequestro e ficou muito patente a participação da esquerda chilena.

A queda do muro de Berlim marca o fim de uma era. Por isso, ainda nos anos 90, eu me questionava o porquê de todo um aparato de segurança pública por conta das eleições.

O século 21 tem que marcar uma profunda mudança de paradigma. A par de todas as diferenças e divergências entre partidários de posicionamentos políticos e ideológicos antagônicos, não é crível que que eleições precisem ser “tuteladas” por polícia.

Eleição é sinônimo de participação, de influência nos destinos do poder, de liberdade de escolha, de autonomia do povo perante o soberano. Talvez não estejamos amadurecidos o suficiente. As bravatas populistas talvez ainda demonstrem o quanto a democracia ainda carece de alicerces, talvez até mesmo no mundo dito desenvolvido.

Democracia precisa ser preservada, cultivada, defendida e tutelada. Tutelada não por aparelhos públicos, estatais, mas pelo povo, destinatário maior das decisões governamentais de seus representantes.

Glauco Silva de Carvalho

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

<https://www.fontesegura.org.br/politica-e-policia/2zc35pm9jv>

